



O sistema CAPES e o trabalho docente na pós-graduação: uma análise com docentes da área de saúde pública

Maria Nair Rodrigues Salvá* e Rejane Prevot Nascimento

Programa de Pós-Graduação em Administração, Escola de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade do Grande Rio, Rua Coronel João Telles, 250, 25020-180, Duque de Caxias, Rio de Janeiro, Brasil. *Autor para correspondência. E-mail: mnairrodrigues@yahoo.com.br

RESUMO. Este artigo analisa as transformações ocorridas no trabalho docente, ou seja, no *modus operandi* dos saberes e das práticas acadêmicas, cujos impactos promovem o favorecimento da lógica gerencialista na Academia, especificamente no campo da saúde coletiva, em decorrência das novas políticas educacionais de avaliação implementadas no Brasil a partir da década de 1990. Para tanto, foi feito um estudo de caso com os docentes de um Programa de Pós-Graduação *Stricto sensu* em Saúde Pública. A fim de desenvolver esta análise, é apresentada uma revisão da literatura acerca das principais mudanças ocorridas no trabalho docente e a evolução da produção científica brasileira. A pesquisa foi realizada por meio de roteiro semiestruturado de entrevistas. Concluiu-se que os impactos sofridos pelo trabalho docente face à implementação dos critérios adotados pela CAPES se manifestam na política de produção e distribuição do conhecimento científico na Academia.

Palavras-chave: saúde coletiva, políticas públicas de avaliação, ensino superior.

The CAPES system and postgraduate teaching work: an analysis with teachers from the public health area

ABSTRACT. This article analyzes the transformations that occurred in the teaching work, that is, in the *modus operandi* of academic knowledge and practices, whose impacts promote the favoring of managerial logic in the Academy, specifically in the field of collective health, due to the new educational policies evaluation carried out in Brazil, from the 1990s. For this purpose, a case study was carried out with the teachers of a *Stricto Sensu* Post-Graduation Program in Public Health. In order to develop this analysis, a review of the literature on the main changes in teaching work and the evolution of Brazilian scientific production is presented. The research was carried out through a semistructured interview script. It was concluded that the impacts of the teaching work on the implementation of the criteria adopted by CAPES, are manifested in the policy of the production and distribution of scientific knowledge in Academy.

Keywords: collective health, public assessment policies, higher education.

Introdução

Não obstante o Campo de Saúde Coletiva ser considerado um importante espaço de formação de pesquisadores e produção de conhecimentos no país, ele vem sofrendo uma série de desafios, dentre os quais se destaca a avaliação da produção científica por meio de indicadores bibliométricos. Dessa forma, contribui-se para a inclusão da lógica gerencialista na Academia sob a forma de metas a serem alcançadas, de produção de inovações que tendem a ser encaradas econometricamente e da avaliação docente em termos de publicações em periódicos científicos (Castiel, Moraes, & Silva, 2014).

Alcadipani (2011) observa que a invasão da lógica mercantilista da produção do conhecimento em outras esferas da vida cotidiana, tais como em escolas

e universidades, remete ao modelo corporativo permeado pela ideologia gerencial e solidificado na contemporaneidade como a forma de se fazer gestão, a fim de tornarem essas organizações eficientes e eficazes com a manutenção da avaliação e a cobrança constante sobre seus trabalhadores.

Sob este aspecto, Mancebo (2009) ressalta que as reformas implementadas a partir dos anos de 1990 vêm evidenciando modificações no funcionamento das organizações contemporâneas, afetando o *ethos* das instituições educacionais, estabelecendo a centralidade em seus trabalhadores, tomando por base um padrão de produtividade e um tipo de cultura do desempenho, sob a qual o trabalho docente é permanentemente pontuado por meio de diversos e complexos sistemas de avaliação institucional que, anualmente, aumentam as exigências de produção acadêmica.

Inserir-se dentro deste contexto a atual política de avaliação da pós-graduação *stricto sensu* implementada pela CAPES, que se baseia no julgamento por pares, cujos parâmetros são utilizados como referência de qualidade dos programas de pós-graduação no Brasil (Hortale & Moreira, 2008) e cujo foco incide sobre a mensuração do trabalho docente.

Segundo Mancebo (2009, p.14), a implementação destas políticas e seus efeitos sobre o trabalho docente desenvolvem-se, dentre outros aspectos, sob os critérios de empresariamento, privatização, mercantilização, heteronomia institucional e profissional, competitividade e conformismo.

Conceitos que tornam a gestão das universidades cada vez mais parecidas com a de uma empresa, esvazendo o seu caráter de instituição da sociedade voltada para a formação e para a produção do conhecimento inovador e engajado na solução de problemas nacionais.

Dessa forma, Misoczky & Goulart (2011) salientam a importância da reflexão docente sobre a prática de seu trabalho, hoje baseada na ênfase à eficiência e na produtividade acadêmica, a fim de abandonar a posição de passivo receptor e promover meios para interferir na produção social dos critérios de avaliação impostos aos programas de pós-graduação *stricto sensu* e periódicos acadêmicos.

Dentre as mudanças verificadas no terceiro milênio, evidenciam-se as mutações organizacionais, tecnológicas e de gestão que afetaram o mundo do trabalho no setor dos serviços, no qual se inclui a educação, cada vez mais submetida à racionalidade do capital e à lógica dos mercados, afetando fortemente os trabalhadores do setor estatal e público (Antunes, 2003).

Portanto, esta pesquisa pretende analisar as mudanças ocorridas no trabalho docente nos Programas de Pós-Graduação *Stricto sensu*, em decorrência das políticas públicas educacionais de avaliação implementadas pelo Estado a partir da década de 1990. A fim de viabilizar esta análise, será considerado o pressuposto defendido por Ciavatta (2005) de que o trabalho fundamenta o entendimento da produção da existência humana enquanto atividade e categoria central de compreensão do capitalismo, do complexo mundo do trabalho e da educação, inseridos, hoje, na era globalizada da tecnologia da informação.

O sistema de avaliação e a reestruturação do trabalho docente na pós-graduação

Em 1970, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) implantou o

sistema de avaliação dos programas de pós-graduação *stricto-sensu*, em consonância com o I Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG/1975-1979) implementado no Brasil e articulado ao projeto desenvolvimentista do país (Oliveira & Fonseca, 2010). O I PNPG tinha como diretrizes a institucionalização do sistema; a consolidação da atividade regular no âmbito das universidades, a fim de garantir financiamento estável; a elevação dos padrões de desempenho; a racionalização da utilização de recursos; e o planejamento da sua expansão, tendo em vista uma estrutura mais equilibrada entre áreas e regiões (Brasil, 2005).

Neste contexto, destacou-se na década de 1990, um dos princípios norteadores dos organismos internacionais aos países em desenvolvimento da América Latina, cujo objetivo era a melhoria da qualidade da educação, a fim de estimular a geração de mecanismos de avaliação e controle da educação, baseados em procedimentos reguladores do Estado (Oliveira & Fonseca, 2010).

Sobre este assunto, observam Costa Jr. & Bittar (2012):

[...] as atuais políticas para a educação superior do país se encontram inseridas nessa estratégia de inclusão da economia brasileira às intensas mudanças que ocorrem na base produtiva do capitalismo em nível global, atingindo as políticas para a pós-graduação (Costa Jr. & Bittar, 2012, p. 253).

O modelo de avaliação utilizado atualmente foi implementado em 1998, quando foi substituído o uso dos conceitos de 'A' (atribuídos aos programas considerados de alto nível) a 'E' pelo das notas de '1' a '7'. Tal mudança se fez necessária, segundo Oliveira e Fonseca (2010), devido à impossibilidade de diferenciação dos cursos pela qualidade, na medida em que 50% dos cursos à época (de um total de 1.259 programas) eram classificados como 'A'. Na primeira avaliação, a partir do novo modelo, apenas 23 programas em todo o Brasil receberam a nota 7, resultado este que teve forte impacto sobre os programas e cursos.

Os programas avaliados nos estratos superiores (6 e 7) são considerados de excelência, com produção intelectual comparável a dos principais centros de pesquisa internacionais, com forte inserção internacional e capacidade de nucleação de grupos de pesquisa e ensino nacionais e internacionais. O sistema de avaliação passa a ser estruturado, neste modelo, em torno de 5 indicadores: Proposta de Programa, Corpo Docente, Corpo Discente (Teses e Dissertações), Produção Intelectual (mensurada pela classificação de periódicos estabelecida pelas diferentes áreas e

reunidas na base *Qualis*) e Inserção Social. Atualmente, o maior peso da avaliação dos programas recai sobre os itens ‘Corpo Docente’ e ‘Produção Intelectual’, visto que ambos os itens podem corresponder, juntos, a 70% da nota obtida pelo programa. No que tange à classificação estabelecida pelo *Qualis*, há uma forte concentração de periódicos internacionais nos estratos superiores da base (A1 e A2), em particular em algumas áreas do conhecimento, em detrimento de periódicos nacionais, por estes não se adequarem aos índices de impacto de nível internacional.

As análises sobre a concepção e impactos da avaliação da pós-graduação brasileira tem se intensificado nos últimos anos, colocando indagações mais diretas sobre a totalidade do modelo de avaliação e sobre o papel da regulamentação governamental. De modo geral, entende-se que o sistema de avaliação e de regulação da Capes e do CNPq privilegiam os aspectos quantitativos e a internacionalização da produção do conhecimento, em detrimento da qualidade da produção e da realidade brasileira que, considerada localmente, apresenta feições plurais, no sentido econômico, social e cultural. (Oliveira & Fonseca, 2010, p. 47-48).

De acordo com Luz (2005), a produtividade acadêmica é entendida hoje como um *quantum* de produção intelectual, sobretudo bibliográfica, desenvolvida num espaço de tempo específico, crescente de acordo com a titulação acadêmica do professor/pesquisador e gerada por meio de políticas de educação e de ciência e tecnologia dominantes.

Ainda segundo a autora, a produtividade é medida pelo número de *papers* editados em periódicos de circulação nacional ou internacional, cuja qualidade de divulgação (base *Qualis*) é estabelecida por cada área de conhecimento, comprometendo os processos de inovação e originalidade da atividade científica.

Da mesma forma, destaca Coimbra Jr. (1999), o impacto sobre a atividade científica não está associado somente à qualidade intrínseca do conhecimento científico gerado, ou à quantificação deste, como também a uma complexa configuração política e sociológica relacionada às possibilidades de incorporação de conhecimentos produzidos em contextos regionais/locais nas bases internacionais de indexação, cujos critérios têm suas próprias contingências.

Outros fatores advindos da cultura da produção docente na Academia foram observados, tais como: uma significativa mudança no perfil organizacional, mediante atuações conjuntas de departamentos sem, contudo, haver a transparência necessária para a promoção da multidisciplinaridade da produção de

conhecimento; bem como a existência de uma política institucional de incentivo e integração de projetos, inseridos em diferentes níveis e integrados ao programa estratégico da instituição (Goldani, Silva, Nascimento, & Blank, 2010) a fim de dirimir a competitividade e os conflitos internos existentes.

Além da competição exacerbada entre docentes e alunos, De Meis, Velloso, Lannes, Carmo, & De Meis (2003) verificaram que a pressão por publicações internacionais e de alto impacto aliadas à redução de recursos voltados para a pesquisa no país têm levado a quadros de sofrimento psíquico, estresse e *burn-out* associados ao trabalho. Os autores consideram que um dos resultados mais alarmantes deste cenário é a evasão da Academia, de cientistas e estudantes promissores, frente às pressões a que pesquisadores estão sendo submetidos. Ainda sobre este ponto, Alcadipani (2011) aponta para outra consequência, não menos relevante:

O professor precisa ter a tranquilidade de que quando ele atingir certo nível de desenvolvimento intelectual e senioridade em uma dada área, ele não será descartado por não fazer pontinhos. A Academia precisa, urgentemente, rever o caminho que está trilhando, pensar em uma nova maneira de se organizar que leve em consideração as suas peculiaridades e sua finalidade social (Alcadipani, 2011, p. 348).

Kuenzer & Moraes (2005) identificam também a ação do papel indutor do Estado no redirecionamento da pós-graduação, *locus* de produção de conhecimento e de formação de pesquisadores, condição esta reconhecida como requisito para assegurar a independência econômica no país, verificado com base na ênfase à pesquisa tecnológica, à inovação, aos convênios firmados entre universidades e empresas, e no maior financiamento das agências de fomento.

Apesar das melhorias no padrão de avaliação, de financiamento, de gestão, de currículo e de trabalho acadêmico ocorridas no ensino superior, “[...] produzindo transformações significativas no campo universitário e na identidade das Instituições de Ensino Superior [...]”, conforme observam Catani & Oliveira (2007, p. 73), conserva-se o predomínio das idéias neoliberais no campo social, político e, principalmente, econômico, regendo-se pela ordem da mundialização do capital (Costa Jr. & Bittar, 2012).

Segundo os autores, a prevalência do antagonismo entre o discurso e as práticas governamentais na aplicação dos dispositivos legais que versam sobre a disponibilidade dos recursos destinados à educação atingiu, principalmente, as universidades públicas. A falta de recursos materiais,

a defasagem dos salários dos docentes, a falta de concursos públicos para reposição de vagas, a complementação salarial por meio de cursos pagos oferecidos nas instalações públicas e a adesão de muitos docentes à mentalidade da prestação mercantil dos serviços educacionais, são consequências das políticas do Estado baseadas nas leis do mercado globalizado.

Os autores ponderam que este modelo de avaliação faz com que os pesquisadores adotem a estratégia de maximização dos pontos *Qualis*, sob a égide da publicação, como um fim em si mesmo, ignorando a relevância de sua obra.

Na seção seguinte serão tratados os efeitos adversos deste sistema sobre a produção científica brasileira.

A evolução da produção científica brasileira

Muito se tem discutido, nos últimos anos, sobre o crescimento da produção científica brasileira, em níveis internacionais, impulsionada pelos critérios CAPES de avaliação da produção docente e, em paralelo, acerca das diferentes estratégias utilizadas por pesquisadores para maximizar sua produção de artigos.

Goldani et al. (2010) apontam o crescimento de 100% no número de publicações brasileiras em veículos internacionais entre 2000 e 2010, alcançando o 9º lugar entre todos os países, de modo a revelar uma recente inserção do país na produção científica mundial considerada de alto impacto. No entanto, este crescimento, fruto da pressão institucional da CAPES sobre os Programas de Pós-Graduação e destes sobre os pesquisadores, tem acarretado uma corrida pelo aumento da produtividade entre os docentes a fim de assegurar a manutenção dos parâmetros de excelência da agência para a produção intelectual docente.

Neste contexto, a evolução da produção científica brasileira tem sido expressiva, em termos de número de artigos científicos publicados em revistas indexadas, com crescimento muito acima da média mundial, conforme observam Leta, Thijs, & Glanzel (2013):

De acordo com um estudo de ‘mudanças globais em um mundo dinâmico’ (Glanzel, Debackere, & Meyer, 2008), mostrou-se que o Brasil, em conjunto com a Coreia do Sul, Taiwan e Turquia, evoluiu para as nações científicas mais crescentes dinamicamente já em Período 1991-2005, e que essas nações científicas emergentes, juntamente com Outros BRICS e N-11 países como China, Rússia e Índia já estão Mudando o equilíbrio global de poder, medido pela produção científica (Leta, Thijs, & Glänzel, 2013, p. 53).

Muitos estudos (De Meis et al, 2003; Castiel, Sanz-Valero, & Red Mel-Cyted, 2007; Santos, 2010; Maués & Mota Jr., 2011; Tourinho & Palha, 2014; Borini & Ferreira, 2015) apontam para os efeitos deletérios dessa corrida: um aumento acelerado no número de periódicos e avaliações, algumas vezes de caráter duvidoso, tendo em vista o número de submissões que as revistas recebem anualmente e o excesso de avaliações as quais os *referees* e editores têm que responder (Castiel et al., 2007); a proliferação de ‘autocitações’ ou ‘autoplágios’, posto que alguns artigos são publicados em mais de uma revista apenas com diferenças superficiais em seu conteúdo ou, como denominam Castiel et al. (2007), a produção da ‘ciência salame’; a adequação a critérios internacionais de indexação dos periódicos nacionais, que nem sempre contemplam as temáticas e objetos de pesquisa de alguns importantes periódicos nacionais, fazendo com que a produção científica nacional se concentre em publicações cujos objetivos nem sempre correspondem às necessidades locais.

Este processo de internacionalização também tem como consequência direta um movimento de padronização dos periódicos nacionais, por atenderem aos critérios de internacionalização (Borini & Ferreira, 2015); o desconhecimento, por parte dos próprios pares, do conteúdo do trabalho de pesquisadores e autores, visto que a reputação do pesquisador parece se restringir ao número de artigos publicados ou aos índices de citação, conforme demonstrado nos relatos da pesquisa de De Meis et al. (2003); a produção de um conhecimento de cunho imediatista, alicerçado em análises superficiais e de orientação pragmática, frequentemente voltada apenas aos interesses do mercado e com pouco espaço para a crítica, movimento este que Santos (2010, p. 151) define como o de uma “[...] ciência fundamentada no pragmatismo”.

Na mesma linha, Tourinho e Palha (2014, p. 274), recuperando um debate que remonta à década de 1980 sobre o papel da universidade, indagam “[...] porque então a lealdade aos padrões internacionais do saber e não aos padrões locais do saber? É na universidade, ressaltam os autores, que o pesquisador deve ter “[...] a responsabilidade de ousar e o direito de errar”.

Mas como guardar essa autonomia tão necessária à ciência num contexto regulado por uma lógica utilitarista? Os autores ressaltam ainda a necessidade do espaço de produção do conhecimento na universidade manter distância do pragmatismo, do utilitarismo e de interesses imediatistas:

Aqui, fica entendido que, na universidade, a pesquisa possui duas demandas imediatas: uma demanda interna, para que o ensino ministrado seja alicerçado na ciência-processo como ciência gestada dentro da universidade; e a demanda externa, quando a pesquisa e a extensão se articulam e se conjugam para configurarem um caminho sustentável para o desenvolvimento local das comunidades excluídas, devido às condições de concentração e de competitividade do sistema econômico globalizado (Tourinho & Palha, 2014, p. 274).

Considerando a dependência da produção intelectual brasileira dos parâmetros CAPES e internacionais, Tourinho & Palha (2014) apontam para um processo de alienação, como definida por Marx (2012, *apud* Tourinho & Palha, 2014), de pesquisadores e alunos do objeto do seu trabalho, os artigos científicos, “[...] uma vez que processos como a avaliação da pós-graduação e a divulgação da produção acadêmica são concebidos e regulamentados de fora para dentro” (Tourinho & Palha, 2014, p. 271).

Em particular, no campo da saúde coletiva, Castiel et al. (2007) descrevem como a obtenção de altos índices de impacto tais como ISI, *Scopus* e outros não representam um avanço do conhecimento na área. Os estudos que possibilitam uma inserção internacional da produção intelectual nesta área não incluem temáticas que são necessárias para a promoção de políticas públicas e a formulação de práticas que tragam benefícios concretos para a saúde no país, mas que se referem a fenômenos já superados nos países centrais e que, portanto, não constituem temas de interesse para os periódicos internacionais. Esse exemplo reforça a ideia do distanciamento da produção intelectual nacional da realidade local, que pode ser verificada também em outros campos do conhecimento.

Procedimentos metodológicos

A presente pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, empregando para este fim o método do estudo de caso, com a finalidade de identificar e analisar, a partir da percepção dos professores / pesquisadores de um Programa de Pós-Graduação *Stricto sensu* em Saúde Pública, os impactos sofridos pelo trabalho docente face à implementação do Sistema Nacional de Avaliação de Pós-Graduação utilizado pela CAPES.

No que se refere à coleta de dados, foi utilizado um roteiro semiestruturado para a realização das entrevistas. A escolha dos entrevistados seguiu os pressupostos da própria pesquisa, com base nos seguintes critérios: pertencerem ao quadro de pessoal da Instituição analisada, não necessariamente

do Núcleo Docente Permanente (NDP) do Programa, e desempenharem papel central na produção do conhecimento, ampliação e transmissão do saber e da cultura organizacional com desempenho efetivo também na área de gestão. Foi realizado um total de doze entrevistas.

O roteiro de entrevista, composto por vinte perguntas, foi previamente testado por meio da realização de entrevista piloto com o propósito de ajuste e adequação aos objetivos da pesquisa, segundo categorias de análise identificadas no referencial teórico.

A escolha do método baseou-se em Gaskell (2002, p. 65) com o intuito de contribuir para o conhecimento de dados básicos, os quais contribuíram para o melhor desenvolvimento da pesquisa, para a compreensão da situação local e da relação estabelecida entre os atores sociais, objetivando compreender “[...] as crenças, atitudes, valores e motivações [...]” sobre o comportamento dos indivíduos em determinados contextos sociais.

As entrevistas foram gravadas e, posteriormente, transcritas a fim de assegurar a correta e completa exposição apresentada pelos entrevistados sobre o tema, visando uma melhor interpretação de suas opiniões, sentimentos, atitudes e motivações, quando da análise de conteúdo. Doravante, os entrevistados serão identificados como ‘Docente 1’, ‘Docente 2’, ‘Docente 3’ e assim por diante, a fim de preservar a identidade dos professores/pesquisadores entrevistados.

Este estudo é fruto de dissertação de mestrado, tendo sido aprovado pelo Comitê de Ética das instituições envolvidas.

O caso de um programa de pós-graduação *stricto sensu* em saúde pública

Os dados foram coletados por meio de pesquisa de campo, com uso de entrevista semiestruturada, *in loco*, com doze dos 133 docentes atualmente credenciados no Programa de Pós-Graduação *Stricto sensu* em Saúde Pública. O Programa foi criado em 1977, em uma Instituição Pública Federal de Ciência e Tecnologia em Saúde. Dos entrevistados, sete estavam enquadrados na categoria permanente, quatro na categoria colaborador e um na categoria visitante. As entrevistas foram coletadas segundo disponibilidade dos entrevistados e o tempo médio de duração de cada uma delas foi de 40 minutos.

Do total dos entrevistados, seis eram do sexo feminino e seis do masculino, com idades entre 40 a 60 anos. O tempo de vínculo institucional compreendia um período superior a 10 anos. Todos

os entrevistados faziam parte do colegiado de doutores e desenvolviam atividades de ensino, pesquisa e gestão na instituição pesquisada.

Apresentação dos dados

À propósito da produção acadêmica imposta ao trabalho docente, verificada na literatura consultada, bem como na pesquisa de campo, verificou-se que é de consenso dos docentes entrevistados a importância de haver um Sistema Nacional de Avaliação que tenha como uma de suas diretrizes a preocupação com a divulgação, junto à sociedade, dos investimentos destinados ao incentivo e direcionamento da pós-graduação brasileira:

Existe uma pressão avaliativa que considero positiva, porque encoraja e estimula a produção, a qualificação, o aumento de quadros. Tudo começou com as avaliações rigorosas da CAPES. Até então, a maior parte das nossas teses simplesmente ficavam nas estantes de bibliotecas. A publicação vem fortemente associada à conclusão do trabalho acadêmico científico. Até por uma questão de ética. A partir do momento que você recebe investimentos públicos, e quase sempre a nossa pesquisa é financiada por dinheiro público, cria-se a obrigação de tornar público, para que outras pessoas possam ler e criticar ou construir a partir daquilo (Docente 1).

Com relação aos critérios utilizados pela Capes para estratificação da qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação, foi observado que a mensuração da produção acadêmica deveria vir atrelada à necessidade de obtenção da competência necessária para o julgamento da qualidade dos periódicos científicos:

Temos pouca competência no país pra julgar e hierarquizar os periódicos científicos, através de um sistema de pontuação. O *Qualis* é fortemente influenciado pelo índice H, afetando algumas áreas do conhecimento. Enquanto que em algumas áreas, a periodicidade da revista é semanal, em outras, como em políticas públicas, ciências sociais, a periodicidade da publicação é maior. Isso influencia o índice H da revista, mas não porque ela seja ruim. Deveria haver um olhar mais sociológico sobre como cada setor da ciência opera e produz. Se você julga pelos mesmos critérios, acaba cometendo distorções importantes, como é o caso da nossa área, a Saúde Coletiva (Docente 3).

De mesma forma, observa outro entrevistado: 'As revistas que nós normalmente enviamos nossos artigos, as de Saúde Coletiva, têm pontuado menos. As de outras áreas são melhores pontuadas' (Docente 7).

Sobre a produtividade acadêmica promovida pelos critérios utilizados pela Capes, observou-se:

Eu acho que os critérios utilizados pela CAPES se utilizam de uma lógica produtivista para a distribuição de recursos E o conhecimento científico não pode ser medido dessa forma. O peso da quantidade de artigos que você produz é muito grande na avaliação. É como se você tivesse trazido a lógica das metas de indústria, do comércio, da produção, para dentro do campo científico. O conhecimento tem outra velocidade. Os critérios têm que ser diferenciados segundo as especificidades de cada campo. Eu não sou contra a avaliação, mas acho que os critérios têm que ser mais qualitativos do que quantitativos (Docente 12).

Também foi relatada a promoção da cultura da produtividade acadêmica aos alunos de pós-graduação:

Não concordo com esse sistema, embora tenha me adequado. Eu exijo produção dos meus alunos. Porque você ensinar a eles como produzir, como entrar nesse sistema, significa você estar à frente (Docente 7).

O credenciamento e o descredenciamento docente nos programas de pós-graduação, segundo critérios de produção docente, foi citado como um fator promotor de conflito e descontentamento dentro da instituição:

[...] graças à CAPES, a pós-graduação é muito mais dinâmica. E impõe muito mais cobranças na avaliação do docente. E daí a questão do descredenciamento que afeta todos os programas e gera tensão e conflito em todos eles. É um problema (Docente 9).

Atribuiu-se a pressão e a competição vividas hoje pelos docentes, no espaço acadêmico, à lógica da produtividade, tal como no ambiente de trabalho representado pela empresa capitalista, cujos prêmios por metas são vistos nas Instituições de Ensino Superior (IES) sob a forma de indicadores de produção docente que dão acesso a recursos de pesquisa (compra de equipamentos, contratação de pessoal, material, passagens, diárias entre outros), convênios e consultorias. Alguns destes 'acessos' têm valor material, outros são simbólicos, mas significam um lugar de distinção no trabalho, e a possibilidade de maior autonomia.

O paradoxo vivido pelos docentes no seu cotidiano, quanto à perda de controle sobre o seu trabalho, reflete o grau de subsunção do trabalho intelectual à lógica da produtividade:

Trabalho sempre em casa. Sobra muito trabalho. Revisão de tese, revisão de artigo. Agora com a internet [...] realmente, a gente carrega trabalho pra casa. A gente tenta se desligar, mas não consegue. Psicologicamente fica preso [...] (Docente 4).

Considerou-se o tempo de formação para o curso de Mestrado (dois anos) e o de Doutorado (quatro anos) como períodos favoráveis para a formação de um mestre ou doutor, ainda que resultem na intensificação do trabalho docente mediante a necessidade de maior dedicação de seu tempo, com a implicação da apresentação dos resultados numa velocidade maior.

No entanto, em contraposição, foi destacada a possibilidade de comprometimento da qualidade da pesquisa a ser apresentada pelos formandos, os quais são submetidos à lógica empresarial imediatista:

[...] abre espaço a uma produção que pode ser bastante aligeirada e sem qualidade, e sem possibilidade de contribuir para os grandes desafios do campo da saúde pública (Docente 5).

Por outro lado, os entrevistados consideram que o tempo de formação atual de Mestrado e Doutorado é adequado à era tecnológica, na qual os processos são mais rápidos. No entanto, com adequação dos objetivos do projeto ao tempo que se tem destinado para defesa, por meio da redução das atividades:

[...] não que elas vão deixar de ser feitas. A gente dá continuidade a esse projeto, que pode vir a ser publicado mais tarde, fora da tese (Docente 6).

Salientou-se ainda a necessidade de uma revisão da política de expansão da pós-graduação brasileira, pois, segundo os docentes entrevistados, ela se deu de modo desordenado, comprometendo a qualidade da produção e formação acadêmica:

Nesses últimos anos, de fato, houve uma expansão da pós-graduação no Brasil. É claro que mais pessoas se qualificam, em diferentes lugares do país, mas a qualidade do ensino pode estar comprometida (Docente 10).

Análise dos dados

Ao longo do desenvolvimento da pesquisa bibliográfica para este estudo, observou-se a prevalência da visão marxista nas investigações que estudam a educação, enquanto fenômeno social que se desenvolve no tempo, para a compreensão de sua inserção no processo global de produção da existência humana, não desconsiderando, no entanto, a possibilidade de outras formas de contribuição.

Não obstante, conferiu-se, também, na perspectiva histórica da educação superior, a afirmação de Antunes (2008), segundo a qual as principais mudanças ocorridas no mundo do trabalho foram acentuadas pelo capitalismo contemporâneo, em escala global, tanto na sua estrutura produtiva, quanto no universo de seus

ideários e valores, com a evidência das mudanças organizacionais, tecnológicas e de gestão que afetaram o mundo do trabalho nos serviços, tais como a educação.

Neste contexto, observa-se o pressuposto apresentado por Costa Jr. & Bittar (2012) de que a subordinação da economia brasileira às intensas mudanças que ocorrem na base produtiva do capitalismo propiciou um significativo processo de reestruturação da educação superior. Pode-se constatar, a partir do presente estudo, o alinhamento do sistema nacional de avaliação promovido pela CAPES aos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu*, a partir da década de 1990, sobretudo a partir das mudanças implementadas em 1998, o qual acabou por nortear a centralidade da avaliação dos Programas no trabalho docente, segundo critérios de produtividade, conforme citado por Oliveira & Fonseca (2010), entre outros autores, e como observado nas reflexões feitas pelos docentes entrevistados. por meio da definição de diretrizes, estratégias e metas visando a continuidade e o avanço nas propostas para a política de pós-graduação e pesquisa no Brasil.

Apesar de terem ocorrido melhorias no padrão de avaliação, de financiamento, de gestão e de trabalho acadêmico, produzindo transformações significativas no campo universitário e na identidade das IES, como observado por Catani & Oliveira (2007) e confirmado pelos docentes entrevistados, verifica-se que a ideologia gerencial invadiu as universidades, a fim de proverem seu pragmatismo, por meio de constantes avaliações e cobranças sobre seus trabalhadores, conforme cita Alcázar (2011).

Observou-se que os programas de pós-graduação *stricto sensu* são palcos deste novo cenário político, cujo processo de avaliação promoveu o deslocamento da centralidade na docência para a centralidade na pesquisa, dando-se especial atenção às linhas de pesquisa e à sua organicidade com as disciplinas, projetos e produtos de pesquisa, teses e dissertações; estrutura curricular; e publicações.

A lógica mercantilista da produção do conhecimento, com ênfase na eficiência, produz reflexos não só no funcionamento institucional, mas também no cotidiano das práticas acadêmicas. Tal fato pode ser verificado nas cargas elevadas de sobretrabalho, doenças ocupacionais e mudanças culturais e comportamentais (competitividade) na atuação docente, verificadas por De Meis et al. (2003) e Maués & Mota Jr. (2011), e identificadas na pesquisa.

Verificou-se que tal realidade se expressa, hoje, no trabalho docente de Pós-Graduação *Stricto sensu*, cuja atividade principal relatada pelos docentes

entrevistados é a pesquisa, admitida como pressuposto ideológico de sua função, em cumprimento aos critérios de avaliação utilizados pela CAPES.

Em consequência, foi sugerida pelos docentes uma revisão profunda desses critérios, incluindo atividades tais como ministrar aula, preparar material didático, participar de eventos, prestar assessorias entre outras, as quais, apesar de consideradas no processo de avaliação, têm peso menor do que o requisito da produção intelectual. Ou seja, promover a valorização da prática pedagógica do trabalho docente para o alcance real do seu objetivo de melhoria da qualidade da formação.

Desta forma, torna-se importante salientar a necessidade da reflexão docente acerca da prática de seu trabalho, a fim de abandonar a posição de passivo receptor e promover meios para interferir na produção social dos critérios de avaliação impostos aos programas de pós-graduação *stricto sensu* e periódicos acadêmicos, conforme observam Misoczky & Goulart (2011); uma vez que, segundo o pressuposto de Ciavatta (2005), a categoria trabalho fundamenta o entendimento da produção da existência humana enquanto atividade e categoria central de compreensão do capitalismo, do complexo mundo do trabalho e da educação, inseridos, hoje, na era globalizada da tecnologia da informação.

Considerações finais

Pode-se concluir que a educação sofreu os reflexos das mudanças sofridas pelo mundo do trabalho, na base produtiva do capitalismo, com significativas mudanças nas IES, repercutindo na reestruturação do trabalho docente de pós-graduação *stricto sensu*. Apesar das melhorias evidentes, trazidas pelo sistema de avaliação dos programas, verificou-se a necessidade de revisão dos critérios adotados, especificamente, a partir da década de 1990.

O trabalho docente procede-se no plano individual e coletivo devido à subserviência do docente ao *modus operandi* da métrica da produtividade acadêmica, mediante uma relação passiva com os critérios implantados pelo sistema, em uma batalha inconsciente com os números que apontam o crescimento da sua produção científica. Insere-se neste contexto, a importância da autoavaliação dos Programas, objeto de críticas e tomadas de decisões, por meio de um processo de avaliação interna, com a participação efetiva dos seus docentes e discentes, como parte integrante do processo de aprendizagem e de pesquisa do Programa.

A avaliação acadêmica pelo critério da titulação e das publicações, privilegiando-se a quantidade em detrimento à qualidade, promoveu o processo de separação entre a docência e a pesquisa, desvalorizando as atividades do educador, não contempladas nos critérios adotados pela CAPES, visto que aulas, bancas de teses, conferências, debates, entrevistas, entre outras atividades têm peso menor para a mensuração da produção intelectual dos docentes. A ênfase dada à formação de pesquisadores compromete a proposta de melhoria do ensino e a função social da universidade, espaço democrático, pleno de reflexão e de crítica, práticas pedagógicas e científicas. Importante ressaltar que este quadro é responsável, também, pela ausência cada vez maior do doutor/pesquisador nos cursos de graduação junto às IES que têm cursos atrelados aos programas de pós-graduação.

A ciência e tecnologia são consideradas, hoje, de suma importância para a geração da riqueza mundial. No Brasil, este fenômeno concretizou-se a partir das políticas incentivadoras do governo em prol do processo desenvolvimentista do país. Entretanto, a busca da eficiência e pragmatismo engendrados nas IES reconduziu o papel da pós-graduação como promotora dos processos de inovação, com a consequência desqualificação das práticas docentes.

A revalorização da docência requer uma revisão sistemática dos critérios utilizados pela CAPES e uma revisão epistemológica e ética da produção de conhecimento pelos programas de pós-graduação *stricto sensu*, por meio de uma visita pregressa a seus ideários e valores contrária à cultura hegemônica de produção.

Durante este processo de inovação intelectual, houve uma significativa mudança no perfil organizacional, com atuações multidisciplinares de produção de conhecimento, mediante a colaboração de seus vários departamentos. No entanto, para sucesso dessa prática são sugeridas a participação e integração efetiva de seus membros a fim de conciliar os processos de ensino e pesquisa, favorecendo assim a evolução do conhecimento através de um sistema dinâmico e constante, e potencializando seu impacto científico e social.

No entanto, estudos subsequentes poderiam auxiliar para ampliar o conhecimento e a consciência docente perante seu papel na sociedade, por meio de investigações sobre as condições de trabalho a ele impostas e, em especial, sobre a efetiva melhoria na formação de mestres e doutores a partir da implantação da política de avaliação da pós-graduação *stricto sensu*, cujo desafio é a melhoria da qualidade do ensino, considerando a reestruturação

das IES e a complexidade das atividades exercidas pelo corpo docente.

Referências

- Alcadipani, R. (2011). Academia e a fábrica de sardinhas. *Revista Organizações e Sociedade*, 57(18), 345-348.
- Antunes, R. (2003). O caráter polissêmico e multifacetado do mundo do trabalho. *Revista Educação, Saúde e Trabalho*, 1(2), 229-237.
- Antunes, R. (2008). *O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo, SP: Boitempo.
- Borini, F. M., & Ferreira, J. (2015). Internacionalização de revistas científicas brasileiras: estudo de caso à luz da teoria de redes e da teoria institucional. *Revista Ibero-Americana de Estratégia*, 14(4), 24-40.
- Brasil. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. (2005). *V Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2005-2010*. Brasília, DF: CAPES.
- Catani, A. M., & Oliveira, J. F. (2007). A educação superior. In R. P. Oliveira, & T. Adrião (Orgs.), *Organização do ensino no Brasil: níveis e modalidades na constituição federal e na LDB* (p. 73-84). São Paulo, SP: Xamã.
- Castiel, L. D., Moraes, D. R., & Silva, C. S. P. (2014). O gerencialismo utilitarista na produção acadêmica em saúde coletiva: a importância de ensaios críticos. *Caderno de Saúde Pública*, 30(1), 213-214.
- Castiel, L. D., Sanz-Valero, J., & Red Mel-Cyted (2007). Entre fetichismo e sobrevivência: o artigo científico é uma mercadoria acadêmica? *Cadernos de Saúde Pública*, 23(12), 3041-3050.
- Ciavatta, M. (2005). Mediações do mundo do trabalho: a fotografia como fonte histórica. In J. C. Lombardi, D. Saviani, & J. L. Sanfelice (Orgs.), *Capitalismo, Trabalho e Educação* (p. 119-144). São Paulo, SP: Autores Associados.
- Coimbra Jr., C. E. A. (1999). Produção científica em saúde pública e as bases bibliográficas internacionais. *Cadernos de Saúde Pública*, 15(4), 883-888.
- Costa Jr., W. R., & Bittar, M. (2012). Política de avaliação da pós-graduação e suas consequências no trabalho docente. *Revista Perspectiva*, 1(30), 253-281.
- De Meis, L., Velloso, A., Lannes, D., Carmo, M. S., & De Meis, C. (2003). The growing competition in Brazilian science: rites of passage, stress and burnout. *Brazilian Journal of Medical and Biological Research*, 9(36), 1135-1141.
- Gaskell, G. (2002). Entrevistas individuais e grupais. In M. W. Bauer, & G. Gaskell, G. (Org.), *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático* (p. 64-89). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Glanzel, W., Debackere, K., & Meyer, M. (2008). 'Triad' or 'Tetrad'? On global changes in a dynamic world. *Scientometrics*, 74(1), 71-88.
- Goldani, M. Z., Silva, C. H., Nascimento, L. F. M., & Blank, D. (2010). A questão da produção do conhecimento: desafios na gestão dos programas de pós-graduação. *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, 12(7), 104-116.
- Hortale, V. A., & Moreira, C. O. F. (2008). Autoavaliação nos programas de pós-graduação na área da saúde coletiva: características e limitações. *Revista Ciência e Saúde Coletiva*, 1(13), 223-233.
- Kuenzer, A. Z., & Moraes, M. C. M. (2005). Temas e tramas na pós-graduação em educação. *Revista Educação & Sociedade*, 93(26), 1341-1362.
- Leta, J., Thijs, B., & Glänzel, W. (2013). A macro-level study of science in Brazil: seven years later. *Encontros Bibli: Revista Eletrônica De Biblioteconomia E Ciência Da Informação*, 18(36), p. 51-66.
- Luz, M. T. (2005). Prometeu acorrentado: análise sociológica da categoria produtividade e as condições atuais da vida acadêmica. *Revista Saúde Coletiva*, 15(1), 39-57.
- Mancebo, D. (2009). Trabalho docente: novos processos de trabalho e resistência coletiva. In *Anais do Seminário para Discussão de Pesquisas e Constituição de Rede de Pesquisadores* (p. 1-18). Rio de Janeiro, RJ.
- Maués, O. C., & Mota JR., W. P. (2011). A nova regulação educacional e o trabalho docente na pós-graduação brasileira. *Revista Linhas Críticas*, 17(33), 385-402.
- Misoczky, M. C., & Goulart, S. (2011). Viver as contradições e tornar-se sujeito na produção social de nosso espaço de práticas. *Revista Organização e Sociedade*, 58(18), 535-540.
- Oliveira, J. F., & Fonseca, M. (2010). A pós-graduação brasileira e o seu sistema de avaliação. In J. Oliveira, A. M. Catani, N. S. Ferreira (Orgs.), *Pós-graduação e avaliação. impactos e perspectivas no Brasil e no cenário internacional* (p. 15-52). São Paulo, SP: Mercado das Letras.
- Santos, A. S. (2010). A naturalização do produtivismo acadêmico no trabalho docente. *Revista Espaço Acadêmico*, 10(110), 147-154.
- Tourinho, M. M., & Palha, M. D. (2014). A Capes, a universidade e a alienação gestada na pós-graduação. *Cadernos EBAPE.BR*, 12(2), 270-283.

Received on November 8, 2016.

Accepted on September 18, 2017.

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.